

ATA N.º 12 – 2017/2021

Sessão Ordinária de fevereiro.

Aos vinte de dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Município, com início pelas 21 horas e 10 minutos, reuniu, em Sessão Ordinária de fevereiro, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, presidida pelo seu Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, secretariado pela 1.ª Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino e pelo 2.º Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva e com a presença dos seguintes **Membros da Assembleia**

Municipal: -----

Paulo André Silva e Silva, Luís Serafim Baptista da Silva, Cristina Margarida Rodrigues Sequeira, Arménio Henrique Oliveira Martins Silva, Ana Maria Fernandes Carvalho, Carla Cristina Caetano Castro, indigitada a substituir Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado; Herculano Miguel Pereira Caetano e Pedro Jorge Rebelo Tavares, do CDS-PP; José Manuel da Silva Alho, Rui Filipe Silva Marques Sousa, Lúcia Maria Azevedo Antão, João Paulo Lopes Branco, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira e Filomena Jesus da Silva Bastos, do PPD/PSD; Jesus Manuel Vidinha Tomás e Ludovina Correia da Silva, do PS. -----

As substituições foram efetuadas nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro. -----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Jorge Manuel Lemos Silva, pela Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; António Oliveira Duarte, pela Junta de Freguesia de Alquerubim; Hélder António de Almeida Brandão, pela Junta de Freguesia de Angeja; José Carlos Estrela Coelho, pela Junta de Freguesia da Branca, Henrique Daniel Silva Caetano, pela Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas; Adalberto Manuel Mónica Correia Póvoa, pela Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, e os/as Senhores/as Vereadores/as, Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes e José António Nogueira Souto Amaro Pereira, do CDS/PP; José Licínio Tavares Pimenta e António Nunes de Almeida, indigitado a substituir Nuno Miguel de Abreu Pereira da Silva, do PPD/PSD. Faltaram justificadamente os Membros Municipais Rui Manuel Pereira Marques e Jorge Altino Pinho Melo, do CDS-PP. -----

Substituições: -----

Pediram substituição na presente sessão os seguintes Membros Municipais: Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado e Ana Daniela Marques Santiago, do CDS-PP. -----

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, conforme o Edital n.º 23/17-21, cuja Ordem de Trabalhos se transcreve: -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público; -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação das atas das reuniões da Sessão Ordinária de novembro, realizadas no dia 23.11.2018 e 28.11.2018; -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Ponto 3 – Apreciação e votação do investimento em aquisição de terrenos na Zona Industrial, a financiar por empréstimo de médio/longo prazo; -----

Ponto 4 – Apreciação e votação de Contração de empréstimo de médio/longo prazo, para financiamento de aquisição de terrenos, no âmbito do projeto “Ampliação da Zona Industrial – aquisição de terrenos”, com a prévia emissão de autorização para assunção de compromisso plurianual, incluindo o processo, para conhecimento, as atas do júri e minuta contratual; -----

Ponto 5 – Apreciação e votação de recomendação à Câmara Municipal para construção de habitação a custos controlados na Vila das Laranjeiras, freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; -----

Ponto 6 – Apreciação da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, emitidas pela Assembleia Municipal, nas Sessões Ordinárias de 18.12.2017 e de 28.11.2018; -----

Ponto 7 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata executoriedade, dos pontos 3 a 5 da Ordem do Dia, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

F – 2º Período da Intervenção aberta ao Público. -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; -----

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: -----

Da Unidade de Gestão Administrativa e de Atendimento – Envio das fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 23 a 27/2018 e 001 a 003/2019; -----

Da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha – Envio de convocatória para as duas Assembleias Gerais a realizar no dia 15.03.2019; -----

Da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albergaria-a-Velha – Informação respeitante à atividade processual - ano de 2018. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os microfones foram revistos pelos técnicos municipais responsáveis pela manutenção do equipamento sonoro, estando em condições normais de funcionamento, sendo doravante verificados previamente a cada sessão da Assembleia Municipal. -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

José Alho – PPD/PSD – Apresentou um Voto de Congratulação pela aprovação da candidatura ao Programa Escolhas de 7.º Geração, apresentada pelo consórcio liderado pelo Centro Social e Paroquial

de Angeja, tendo como parceiros a Fundação Creche Helena Albuquerque Quadros, a Associação de Solidariedade Social de Alquerubim, a Associação de Solidariedade Social Sanjoanense, a Associação para o Desenvolvimento Sociocultural da Branca – Probranca, o Município de Albergaria-a-Velha, as Juntas de Freguesia de Angeja, de São João de Loure e Frossos e de Alquerubim, o Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Albergaria-a-Velha, o qual fica anexo à presente ata, fazendo parte integrante da mesma (Anexo I, Fls. 1). -----

Jesus Vidinha – PS – Informou que o Grupo Municipal do PS associa-se ao Voto de Congratulação apresentado. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Informou que o Grupo Municipal do CDS-PP subscreve o Voto de Congratulação apresentado. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que o Voto de Congratulação apresentado foi subscrito por todos os Grupos Municipais, declarou o mesmo aprovado, por unanimidade. -----

C – 1.º Período da Intervenção aberto ao Público; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o primeiro Período de Intervenção aberto ao Público, informando não haver inscrições. -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia, solicitando que fossem feitas as inscrições para intervenção. -----

Filomena Bastos – PPD/PSD – Usou da palavra, manifestando a sua apreensão relativamente à prestação de cuidados de saúde de proximidade, nomeadamente em Valmaior, parecendo-lhe que aquela unidade de saúde se encontra encerrada, questionando o Presidente da Câmara Municipal se tem conhecimento dos motivos do encerramento e que diligências foram encetadas para resolver o problema. Referiu que, de uma forma geral, é urgente a definição de uma estratégia integrada que corresponda às necessidades dos munícipes. Não sendo esta área da competência direta da Câmara Municipal, compete ao município pugnar para que o direito à saúde seja garantido de forma digna a todos os albergarienses. Caso contrário, considerou que a Assembleia Municipal deverá tomar uma posição e envolver-se na procura de uma solução para resolver o problema. -----

Ludovina Silva – PS – Usou da palavra, referindo que uma associação pertencente ao município viu deferido o seu pedido de utilização do espaço *Café-Concerto* do Cineteatro Alba. No entanto, foi-lhe cobrada uma taxa pela utilização do espaço, através da redução do valor do subsídio que lhe havia sido atribuído pelo município. Solicitou esclarecimentos sobre o facto de não ser utilizado o mesmo critério para todas as associações, designadamente para associações que não pertencem ao município e cujos espaços são cedidos gratuitamente, à semelhança da Associação de Futebol de Aveiro. Depois, pediu esclarecimentos sobre o que tem sido feito no âmbito da recolha dos resíduos sólidos, alertando para o facto de verificar com frequência existirem resíduos espalhados pela margem norte da Ribeira do Fontão, em Angeja, uma vez que o contentor existente na Rua Fernando dos Santos se encontra muito próximo da margem e com a agravante de acumular muito lixo durante o fim de semana. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – “Para os mais distraídos Sr. Presidente, permita-me que lhe faça o resumo do estado a que chegou o concelho de Albergaria-a-Velha: abandono, atraso e envelhecimento. Nos últimos cinco anos, e já no seu segundo mandato, temos vindo a assistir a uma degradação total dos serviços básicos da população, designadamente a perda do acesso à saúde,

serviços dos CTT encerrados, uma rede de transportes públicos que fica muito aquém das necessidades da população, iluminação pública e rede de telecomunicações/internet deficitária, serviço inadequado de recolha do lixo urbano bem como dos resíduos recicláveis e, ainda, a completa deterioração de um número significativo de equipamentos municipais, designadamente os desportivos e os de lazer. Esta degradação dos equipamentos e serviços municipais abala toda a rede social e económica do concelho. Sr. Presidente, a atratividade de um município tem de ser construída dia a dia e, temos de ter em consideração o território onde nos inserimos bem como as ofertas que fazemos. Sr. Presidente, a sua governação tem adicionados riscos enormes à nossa atratividade e, assim reduzindo a possibilidade de fixar população no nosso território. Sr. Presidente, devido ao acelerado envelhecimento da população do município a que preside o Sr. deveria tomar medidas adicionais que permitisse fixar população jovem, de preferência com formação que permita aumentar a nossa competitividade, a nossa economia, encher as nossas creches, jardins-de-infância, escolas, os nossos equipamentos desportivos, os nossos equipamentos culturais, os nossos equipamentos de lazer, etc. Sr. Presidente, dar sentido a este território que, atualmente se encontra em acelerado estado de envelhecimento e de redução de população. Sr. Presidente, urge tomar medidas que contrariem este estado de coisas, assim teremos de atuar em diversos campos em que a gestão autárquica poderá desenvolver um papel ativo, nomeadamente passarei alguns exemplos que pecarão por defeito: A falta de habitação quer para venda quer para aluguer, a custos controlados, que permitam aos jovens, a preços razoáveis e acessíveis, constituir família sem ter de fugir para municípios vizinhos que, para além de ter mais habitação que nós e a preços razoáveis, que nós não temos, tem mais emprego que nós, tem maior cobertura da rede social que nós e que esta rede social é mais apoiada, pela sua Câmara, que a nossa rede social e ainda por cima tem uma fiscalidade mais amiga dos trabalhadores que a nossa fiscalidade. Sr. Presidente para que não fique dúvidas sobre qual o município vizinho que reúne estas características eu digo é o Município de Águeda, onde a participação no IRS é de zero por cento e o IMI tem igual valor mas as casas são mais baratas e, nós, estamos em competição direta com eles o que eu já tive a oportunidade de lhe dizer, nesta casa, quando fiz a defesa Unidade Programada de Gestão Programada de Alquerubim que o Sr. continua a colocar no canto esquecido das suas políticas municipais prejudicando, em primeiro lugar, Alquerubim e depois o próprio Concelho de Albergaria-a-Velha. Esta ausência de atuação, quer na construção, por parte do Município, de habitação a custos controlados quer redução da fiscalidade dos nossos cidadãos irá degradar a nossa economia local, as nossas IPSS's, envelhecimento ainda maior da nossa população, as aldeias irão ficar desertas. Sr. Presidente, como ainda por cima temos uma degradação dos serviços de saúde e, segundo as palavras do Presidente da CIRA em Assembleia Intermunicipal, é em Albergaria-a-Velha que existem os mais graves problemas nesta área e, esta afirmação foi feita ainda antes da redução do horário de atendimentos da urgência do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha, que reduziu das 20 horas para as 16 horas e ainda acrescenta problemas enormes no atendimento aos utentes o que ultimamente se tem verificado. Sr. Presidente, sendo o concelho de Albergaria-a-Velha constituído por seis freguesias, e nessas mesmas seis freguesias existir graves problemas ao nível da saúde, pergunto-lhe o porquê de a freguesia da Ribeira de Fráguas ser a única freguesia com quem o Município celebrou protocolo no âmbito do enfermeiro ao domicílio? Qual o custo para o Município do referido serviço? Sr. Presidente, ainda para piorar a festa assiste-se, não obstante as soluções de

cosmética, como se costuma dizer para Inglês ver, ao fecho no terreno da extensão de saúde da Ribeira de Fráguas, de Valmaior e a de Alquerubim quase que já não existe. Sr. Presidente, tem um desinvestimento brutal na iluminação pública que apresenta sinal de claro abandono, com muitos BIP's desligados semanas a fio. Sr. Presidente, o sinal da internet em muitos lugares do nosso município é fraco, reduz fortemente a atratividade das pessoas e reduz a competitividade das organizações. Sr. Presidente, a recolha do lixo e desinfeção dos respetivos contentores é uma desgraça, é uma vergonha e, Sr. Presidente a responsabilidade é sua não se compreende como a empresa ainda continue a operar no município. Sr. Presidente este mal já se espalhou para a recolha de monos, onde o município contratou uma empresa para a sua recolha, mas afinal, é o Município que os vais recolher. Sr. Presidente, esta situação de recolha de monos carece de uma explicação cabal, então porque é que o Sr. está a pagar a uma empresa para a recolha dos monos e é o Município que os está a recolher? Sr. Presidente, em conclusão, sou afirmar que assistimos a um êxodo de capital humano do município de Albergaria-a-Velha e, ainda por cima, o capital humano mais qualificado, mas Sr. Presidente, o que se passa no Município também se passa na Câmara Municipal. Sr. Presidente, no decurso dos seus mandatos, ou seja, sob sua responsabilidade, a maioria do capital humano mais qualificado da Câmara Municipal está à procura de uma colocação noutra Câmara Municipal ou já saiu. Sr. Presidente, este êxodo de quadros mais qualificados da Câmara Municipal é o reflexo da má gestão de recursos humanos, quiçá, previsivelmente fruto de desconsiderações, injustiças, concursos que geraram sentimentos brutalmente negativos, pessoas que se sentem mal, além de ser um mau cartão de visita, também é reflexo, com a devida projeção, do que se passa a nível do concelho. Sr. Presidente, os Recursos Humanos são o maior valor de uma Organização. Dessa forma, pergunto-lhe enquanto responsável máximo pelo Município, se já se deu consigo a pensar do porquê do maior número de mobilidades, até à presente data, de funcionários para outros organismos, o porquê do maior número de baixas, do maior número de acidentes em serviço, do maior número de pedidos de reformas antecipadas...sabe Sr. Presidente, decisões políticas originam problemas políticos, sendo que os melhores profissionais perdem a motivação quando não há meritocracia. A escolha efetivamente está entre conviver até cair, ou procurar outro emprego, e não ser prejudicado na carreira. Os melhores profissionais tendem a escolher a segunda opção. Sr. Presidente, a toda esta perceção que se vai consolidando ao longo do tempo, também se vai consolidando a perceção de falta de investimento a que se soma a perceção que o Município está a socorrer a um conjunto de operações financeiras, não repetíveis ao longo do tempo, como a renovação da conceção da BP, a venda do terreno das Laranjeiras, o empréstimo bancário de 1,4 Milhões de Euros que servem para reequilibrar as contas do Município." -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, informando que os pilares de proteção da pista ciclável Angeja -Frossos encontram-se partidos, pelo que deveria ter sido utilizado um sistema de proteção em madeira, à semelhança do existente na BioRia. A ausência de transportes públicos regulares interfreguesias é uma carência neste município, tal como a ausência de informação sobre os horários, inclusivamente sobre os transportes escolares, que poderiam ser utilizados para deslocação à Unidade de Saúde Familiar, embora desconheça se a medida é exequível. Alertou para a necessidade de manutenção ou mudança dos resguardos das paragens de autocarro, uma vez que estes não oferecem segurança aos utilizadores dos transportes públicos. No que respeita ao limite da Freguesia de Angeja,

na reunião da Câmara Municipal realizada em 06.02.2019, o Presidente da Câmara Municipal referiu-se à ponte de Cacia, correspondendo à ponte de Angeja. Sendo uma questão muito sensível para os Angejenses, alertou para a necessidade de resolver esta questão territorial, que é importante para o município e para a freguesia. No que se refere à exploração das minas do Carvalho, pediu esclarecimentos sobre o que vai ser feito naquele local e qual o objetivo e interesse da empresa canadiana do setor mineiro. Questionou se o interesse daquela empresa é meramente prospetivo, no sentido de avaliar o interesse geológico daquela área geográfica, ou se inclui também um pedido para a exploração das referidas minas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Delfim Bismarck, para esclarecer a Membro Municipal Ludovina Silva acerca das questões colocadas no âmbito do Cineteatro Alba. -----

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, esclarecendo que todos os pedidos de cedência de espaço são apreciados na reunião de Câmara Municipal, não tendo sido aprovada qualquer cobrança de taxas a nenhuma associação, pelo que a informação que a Membro Municipal Ludovina Silva apresentou não será verdadeira, piorando ainda com a correlação entre o desconto de uma taxa num subsídio atribuído a uma associação. No que respeita aos limites administrativos, informou o Membro Municipal Jesus Vidinha que em 2002 a Junta de Freguesia de Angeja solicitou ao Instituto Geográfico Português a retificação dos limites geográficos do município, tendo este encerrado o processo em 2006, definindo uma delimitação provisória, com a manutenção da intenção da freguesia de Angeja. Em 2007, as freguesias de Esgueira e de Cacia, conjuntamente com o Município de Aveiro, fizeram um pedido de revogação dessa deliberação junto do Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Viseu, que não foi aceite, tendo a decisão sido anunciada em sentença de 06.04.2017, não tendo o TAF dado seguimento ao pedido de anulação dessa medida provisória, pelo que se mantiveram em vigor os limites geográficos de 2002. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, esclarecendo a Membro Municipal Filomena Jesus tratar-se da Unidade de Saúde e não Unidade Familiar de Angeja. Informou que a médica anteriormente em funções na Extensão de Saúde em Valmaior solicitou a sua demissão e que o município tem encetado diligências para resolver esta questão, tendo contado com a colaboração do Dr. Pedro Almeida, responsável pelo ACES_Baixo Vouga, aguardando-se a contratação de novo médico para breve. Informou que o contrato celebrado com a empresa da recolha dos resíduos e da desinfeção dos contentores não correu bem, tal como nos demais municípios parceiros, estando a ser encetadas medidas para resolver o problema. Informou o Membro Municipal Luís Oliveira da existência de uma lista de espera de cerca de catorze crianças para ter acesso aos Jardins de Infância de Angeja, o que significa que o município é atrativo. Este executivo encetou uma política de apoio a IPSS's, para criar condições na perspetiva de uma economia circular e equilibrar financeiramente estas associações e de apoio às crianças e aos idosos. Informou ter sido este executivo quem baixou o IMI para a taxa mínima de 0,3%, reduzindo igualmente a taxa de IRS de acordo com os rendimentos do agregado familiar. Águeda serve de referência para todos os municípios, sendo o único município com os impostos mais baixos, posicionando-se em segundo lugar o Município de Albergaria-a-Velha.

Considerou positivo comparar-se este município com o melhor município da CIRA, recordando que anteriormente, este município encontrava-se posicionado no 6.º lugar. Esclareceu que a autarquia colabora com todas as freguesias. Sobre o projeto Enfermeiro ao Domicílio, esclareceu ser uma iniciativa da Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas, não havendo qualquer encargo para o município, julgando haver confusão pelo facto de a freguesia ter colocado o logótipo do município. No que respeita à saída de técnicos municipais, informou que os serviços não deixaram de ser executados, existindo muitos colaboradores sérios e que dedicam muitas horas ao município, agradecendo particularmente a colaboração de três técnicos da autarquia que se disponibilizaram para resolver o problema respeitante aos serviços administrativos da saúde, tendo optado pela saída da autarquia, de uma forma construtiva, num processo dinâmico e de colaboração com o município. A Câmara Municipal continua a ser atrativa, dotada de colaboradores que se dedicam e que se sentem valorizados no seu trabalho. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Referiu que o Presidente da Câmara Municipal esqueceu-se de referir que a proposta de redução do IMI e do IRS foi uma iniciativa do Grupo Municipal do PSD, conforme consta das atas da Assembleia Municipal do anterior mandato. No que respeita aos Jardins de Infância, indicou que o Presidente da Câmara Municipal apenas se referiu à lista de espera existente na freguesia de Angeja, nada referindo sobre as demais freguesias. Salientou que Angeja tem uma situação particular, devido à proximidade geográfica à freguesia de Cacia. O Presidente da Câmara Municipal não negou a saída de funcionários municipais, assumindo que Águeda está melhor posicionada que Albergaria-a-Velha, com a vantagem de confrontar geograficamente com várias freguesias, sendo um município muito atrativo. Recordou que a Zona Industrial de Alquerubim se situa maioritariamente em Águeda. Indicou não ter obtido quaisquer esclarecimentos sobre as questões colocadas no âmbito do envelhecimento populacional, falta de investimento, situação financeira, recolha de monos e redução do horário do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha. -----

Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Fráguas – Disse custar-lhe ouvir dizer de forma sistemática que o Centro de Saúde se encontra em má posição. Informou que os funcionários estão satisfeitos, e a partir do mês de maio, a Enfermeira exercerá as suas funções a tempo inteiro, não vendo razões para especial alarido. Enquanto representante da Assembleia Municipal no ACES, todas as informações transmitidas incidem sobre a manutenção do normal funcionamento do Centro de Saúde. Sobre o projeto Enfermeiro ao Domicílio, esclareceu tratar-se de uma iniciativa da Junta de Freguesia, licenciada pela Entidade Reguladora de Saúde, sendo independente do ACES, no qual existe uma repartição dos custos entre este órgão local e os utilizadores do serviço. Informou não haver uma parceria entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal mas, como boa prática, a Junta de Freguesia tem por hábito partilhar as iniciativas com a autarquia. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que no âmbito do PNI - Programa Nacional de Investimentos 2030, é feita uma série de referências à requalificação da linha ferroviária do país, sendo mencionada a intervenção na Linha do Vouga. Solicitou esclarecimentos ao Presidente da Câmara Municipal acerca do que tem sido pensado relativamente à parte da linha do Vouga que não será abrangida pelo programa. -----

Ludovina Silva – PS – Informou o Sr. Vereador Delfim Bismarck que os subsídios atribuídos às associações não são discriminados e considerando o valor atribuído ser tão reduzido, as associações

pensarão que os custos pela utilização das instalações municipais foram nele abatidos. No que respeita aos contentores localizados na margem do Vouga, problema que anteriormente enunciou, informou que a falta de civismo, a existência de intempéries, de animais errantes, entre outros fatores contribuem decisivamente para o arrastamento dos resíduos para o rio. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra, parabenizando o município pelo programa e projeto do turismo entretanto reconhecido. Referiu que, no dia 20.02.2019, decorreu no Cineteatro da Avenida, em Castelo Branco, a apresentação dos projetos ALA+Turismo, com o apoio do Turismo de Portugal. O programa ALA+T pretende dotar os técnicos superiores e dirigentes da Administração Local Autárquica de competências específicas e transversais, indispensáveis para o desenvolvimento do território, através da atividade turística. Cento e sessenta participantes apresentaram dezanove projetos para o desenvolvimento dos seus territórios. Foram eleitos os três melhores projetos, designadamente o *Portuguese Mills – Rota dos Moinhos de Portugal*, que tiveram como promotores a Câmara Municipal de Águeda, Albergaria-a-Velha, Nelas, Vagos e Sever do Vouga, que aborda os Moinhos de Portugal. Este programa visa proporcionar, *in loco*, a fruição sensorial de uma etnocultura própria, recriando as vivências das gentes das terras, em torno do ciclo do pão. Ao abrigo deste projeto serão desenvolvidos roteiros de atividades, que acompanham o ciclo do pão, permitindo que o turista participe no fabrico do pão, e outras experiências turísticas. O *Festival do Pão* promovido neste município claramente está consolidado enquanto evento de índole turística e pedagógica, integrando o programa cultural do município, por todos conhecido. Este plano apresentado tem como objetivo criar um sistema de oferta de *vouchers* aos turistas, que os faça regressar aos municípios envolvidos, envolver a comunidade local, fomentar a criação de emprego e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Referiu ser de inegável importância a integração da Rota dos Moinhos de Portugal, ao nível do *portuguese Mills*, devendo propor-se à Direção Geral do Património Cultural a Rota dos Moinhos de Portugal, na modalidade de itinerários e inventários temáticos, e a criação de linha de financiamento para a recuperação de moinhos, designadamente os seus centros de interpretação, lojas e albergues associados, fornos comunitários, espigueiras, entre outros. Na sua opinião, é de igual importância que seja proposta a classificação dos moinhos como património mundial da UNESCO.-----

Filomena Bastos – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que a Fundação Creche Helena Albuquerque Quadros poderá ter uma lista de espera, o que é positivo para Angeja, mas nos últimos anos esta freguesia perdeu uma das salas do pré-escolar da rede pública. Referiu estar preocupada com o problema do envelhecimento populacional, que é um facto na zona geográfica do Vouga, conforme consta na Carta Educativa. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Angeja – Usou da palavra, indicando que a Junta de Freguesia tem colaborado com a Câmara Municipal no que respeita ao problema dos resíduos urbanos, além do que lhe compete, não se verificando o cumprimento do serviço contratado pela empresa de recolha. Referiu esperar que o assunto respeitante aos limites da freguesia seja resolvido o mais rápido possível com a colaboração da Câmara Municipal. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Recordou que Albergaria-a-Velha era um município pobre, sendo com agrado que verifica, atualmente, um trabalho pelo alcance de posições cimeiras, à semelhança de outros municípios, com realidades distintas, estando no bom caminho. Também é com agrado que pessoas

residentes em Águeda referem que Albergaria-a-Velha está bonita. Esclareceu que, em Águeda as casas são mais caras comparativamente ao Município de Albergaria-a-Velha. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Delfim Bismarck, para esclarecer o Membro Municipal Rui Sousa sobre as questões colocadas. -----

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, informando que o Governo inscreveu no Orçamento Geral do Estado cerca de 70 milhões de euros para a requalificação da Linha do Vouga, entre Oliveira de Azeméis e Espinho, fazendo uma ligação entre esta e a linha do Norte, não prevendo qualquer investimento na parte restante da linha do Vale do Vouga. Informou que a requalificação desta linha foi aprovada no Parlamento na sua totalidade, inclusivamente na área que não é possível requalificar, porque já não há carris e existem construções no corredor ferroviário, o que mostra algum desconhecimento por parte do Parlamento relativamente ao país. Recordou não haver exploração da via há mais de uma década em Albergaria-a-Velha, porque os comboios circulam de manhã, entre Sernada e Oliveira de Azeméis, regressando ao final do dia. Esclareceu não haver previsão de investimento nesta matéria, tendo o executivo reunido com a entidade *Infraestruturas de Portugal, S.A.*, com as sucessivas Administrações, encontrando-se em negociações no âmbito da cedência do espaço ferroviário sito no centro do município, onde se localiza a estação ferroviária e a zona envolvente. Com a transferência de património para as autarquias locais, aguarda-se que haja uma decisão sobre esta matéria ou, caso contrário, terá de ser celebrado um contrato conforme estava planeado e que se encontrava na sua fase final. Informou a Membro Municipal Ludovina Silva que o município nunca cobrou qualquer taxa às associações pela utilização dos equipamentos municipais. Esclareceu haver um regulamento municipal para a atribuição de subsídios às associações, não tendo sido descontado qualquer valor nos subsídios atribuídos. O município apenas procede à contabilização das cedências dos espaços quantificando, por exemplo, o valor referente às despesas com o consumo de eletricidade, água e com os recursos humanos afetos aos equipamentos municipais. No que respeita ao prémio e projeto no âmbito do programa Ala*Turismo, as palavras do Membro Municipal Paulo Silva deverão ser dirigidas à Chefe da Unidade de Atividades Económicas e Desenvolvimento Local, Sandra Figueiredo, que lidera a equipa no município, sendo o referido projeto muito abrangente e ambicioso, esperando que o Turismo de Portugal abranja todos os municípios portugueses, culminando com a classificação dos Moinhos de Portugal enquanto património da UNESCO, por ser o país com o maior número de moinhos, que é um património único, transversal e diversificado. Sobre os limites da freguesia de Angeja, esclareceu que o TAF de Viseu não deu provimento à reclamação apresentada pela Câmara Municipal de Aveiro e respetivas Juntas de Freguesia, o que é favorável ao Município de Albergaria-a-Velha.-----

Presidente da Câmara Municipal – Sobre a exploração das minas, esclareceu o Membro Municipal Jesus Vidinha que não se referem especificamente ao Palhal, mas sim a um território mais vasto. Informou que o município tomou uma medida como forma de acautelar-se, previamente à tomada de qualquer decisão sobre a exploração ou a prospeção das minas, considerando que o diploma é bastante abrangente e a área territorial do município ser de elevada dimensão. Informou depois o

Membro Municipal Luís Fernando que a autarquia tem restaurado equipamentos municipais, designadamente o pavilhão de Albergaria-a-Velha, as piscinas municipais da Branca e de São João de Loure, havendo ainda um projeto para a piscina municipal de Albergaria-a-Velha. Informou que o executivo conseguiu, diretamente com o Governo, proceder à 1.ª fase de requalificação da Escola Secundária, estando a proceder às diligências necessárias para proceder, de uma só vez, à 2.ª e 3.ª fases de requalificação. Informou ser fácil realizar obra com fundos comunitários, sendo no entanto difícil manter as obras e todo o custo de funcionamento e de manutenção desses equipamentos, devendo os municípios ser racionais na gestão das obras e dos recursos disponíveis. Ao efetuar uma comparação entre os municípios de Aveiro e de Águeda com Albergaria-a-Velha, verifica-se de imediato a diferença, designadamente na despesa corrente associada, face à existência de três piscinas municipais neste município. Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra à Sr.ª Vereadora Catarina Mendes, para esclarecer sobre as questões colocadas no âmbito da educação e da ação social. -----

Vereadora Catarina Mendes – Usou da palavra, referindo não ser de todo verdade os comentários que foram enunciados nas anteriores intervenções relativamente à degradação de equipamentos e infraestruturas municipais, numa imagem negativa do município, porquanto a atratividade reflete-se em mais alunos em determinadas escolas, inclusivamente na Escola de Sto. António, Valmaior, que aumentou de uma para duas turmas. Se o executivo estivesse no caminho errado, não teria obtido financiamento para a requalificação da Escola da Avenida, um projeto que será concluído este ano letivo, perspetivando-se a sua abertura no próximo ano letivo. Com esta medida, reorganizar-se-á o 1.º Ciclo da Escola Básica de Albergaria, que acolhe também o 2.º Ciclo e cujas potencialidades poderão ser aproveitadas de forma diferente, apoiando e melhorando as condições do 1º e 2º ciclos, que têm instalações partilhadas, bem como alguns espaços cujo uso é diferente do definido em construção. No que respeita aos apoios sociais, às IPSS's e às infraestruturas sociais, esclareceu que o executivo tem tido uma presença muito assídua junto das mesmas, houve um grande aumento dos apoios técnicos e financeiros e uma aposta na qualificação das instituições que por si próprias não conseguiram avançar nos processos de certificação, no âmbito da qualidade, por exemplo. Para além dos prémios atribuídos no âmbito do turismo, e parabenizando todos os que se empenharam e trabalham para o seu sucesso, disse considerar ser importante referir estar-se a apostar em diferentes áreas, programas e candidaturas. Parabenizou o consórcio que se uniu para a elaboração da candidatura ao Programa Escolhas, um projeto elaborado conjuntamente, no qual este município e as Juntas de Freguesia fazem parte, existindo também iniciativas no âmbito do URBACT, do INCODE (iniciativa de inclusão digital a vários níveis) projetos ERASMUS, entre outros. Informou que o município tem colaborado com várias entidades da Administração Pública Central e Local, na melhoria contínua dos vários serviços prestados à população, incluindo a área da saúde, considerando que o executivo municipal está muito próximo quer da tutela quer da população. Considerou redutor que as intervenções se foquem ao nível dos encerramentos das unidades/extensões de saúde, sem se avaliar o seu significado e demais condições. Referiu que, preconizando-se a manutenção de uma cultura de proximidade das populações ao seu Médico de Família e Centro de Saúde, estas situações continuarão a acontecer, por se tratar de uma situação frágil, tendo em conta que os recursos humanos da área da saúde também faltam por diferentes motivos justificados. A complementaridade de todas as Unidades de Saúde e a forma de

atuação são aspetos que devem ser repensados. Concluiu referindo considerar ser visível o resultado das políticas locais tomadas ao nível da educação, saúde, ação social, turismo e património, junto das populações, e a melhoria da qualidade e do acesso aos cuidados e demais áreas da competência do município. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, solicitando a construção de passeios até à Unidade de Saúde Familiar de Angeja, para que os utentes que acedem aos serviços de saúde, através de via pedonal, possam fazê-lo com maior segurança. Referiu que o investimento a efetuar na Linha do Vale do Vouga decorre da afirmação dos Presidentes das Câmaras Municipais de Oliveira de Azeméis, de São João da Madeira e de Santa Maria da Feira, para que esta fosse modernizada e que constituísse uma alternativa de transporte de ligação ao Norte do país. A atitude dos Presidentes das Câmaras Municipais de Albergaria-a-Velha perante as Administrações da *Infraestruturas de Portugal, S.A.* sobre o destino a dar às instalações existentes, dá a entender que não é relevante o interesse por aquele meio de transporte e que não seja valorizado neste município, não se traduzindo, assim, em investimento. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Delfim Bismarck, para esclarecer acerca das questões colocadas no âmbito da Linha do Vale do Vouga. -----

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, referindo que a leitura da realidade apresentada pelo Membro Municipal Jesus Vidinha é totalmente distorcida. Informou verificar-se uma maior afluência de utilizadores de transporte ferroviário entre Águeda e Aveiro, sendo o investimento efetuado na linha do Vouga, entre Oliveira de Azeméis e Espinho. Nas reuniões realizadas com a Administração da *Infraestruturas de Portugal, S.A.* foi informado que o troço entre Oliveira de Azeméis e Sernada apresenta um prejuízo anual superior a dois milhões de euros, tendo sido encerrada a linha de Albergaria-a-Velha, há dez anos, pelo enorme prejuízo que acarretava, face ao reduzido número de utilizadores. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Apreciação e votação das atas das reuniões da Sessão Ordinária de novembro, realizadas no dia 23.11.2018 e 28.11.2018; -----

Considerando que a Sessão de Assembleia Municipal de novembro foi desdobrada em duas reuniões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que as atas iriam ser votadas de acordo com a sua ordem cronológica. Recordou também que, de acordo com o preceituado no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo “não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. Solicitou inscrições relativamente ao ponto 1 da Ordem do Dia. Não havendo inscrições, colocou à votação as atas da Sessão Ordinária de novembro de 2018. -----

Votação: Colocadas a votação, de forma cronológica, e estando presentes vinte e cinco Membros da Assembleia Municipal, as atas das duas reuniões da sessão de novembro, foram aprovadas por unanimidade dos/as Membros Municipais presentes e com direito a votação: -----

a) ata da primeira reunião da Sessão da Assembleia Municipal de novembro, realizada em 23.11.2018: aprovada por unanimidade, pelos vinte e dois membros votantes. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Luís Silva, do CDS-PP, Filomena Bastos, do PPD/PSD e Jorge Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

b) ata da segunda reunião da Sessão da Assembleia Municipal de novembro, realizada em 28.11.2018: aprovada por unanimidade, pelos dezanove membros votantes. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Paulo Silva, Luís Silva e Pedro Tavares, do CDS-PP; Filomena Bastos, do PPD/PSD; Jorge Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior e Henrique Caetano, Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 2. -----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Encontrando-se ausente da sala o Presidente da Câmara Municipal, deu a palavra Vice-Presidente e Vereador Dr. Delfim Bismarck para os esclarecimentos que entendesse necessários. -----

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, referindo tomar nota das questões que forem dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 2. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – “Sr. Presidente, analisando o quadro com a informação referente ao ponto de situação de cada uma das empreitadas, verifica-se que continuam a existir diversas empreitadas fora de prazo de conclusão, empreitadas atrasadas e, como não existe referência sobre o assunto, admite-se que sem consequências para as empresas, o que manifestamente é oposto do que impõe a legislação, ou seja a Câmara não estará a cumprir com a legislação, prejudicando desse modo o município de Albergaria-a-Velha quer do ponto de vista financeiro, ao não aplicar coimas, ou quer do ponto de vista de não utilização atempada da plenitude das empreitadas realizadas. Sr. Presidente, esta atuação por sua parte, infelizmente tornou-se uma regra da sua governação o que muito tem prejudicado os munícipes de Albergaria-a-Velha. Sr. Presidente, a Requalificação da Escola da Avenida para além do desfasamento entra a data do contrato e a data de consignação, que é cerca de 6 meses, apresenta ao fim de 8 meses de obra, somente a execução de 26,60%. Sr Presidente, as duas empreitadas de Beneficiação e Conservação de vias de comunicação, uma para a zona e outra para a Zona Sul, com um prazo de execução de 60 dias, e que já deveriam ter terminado, mas não terminaram e no caso da Zona Norte apresenta uma muito baixa taxa de execução de 33,60%. Sr. Presidente, a Beneficiação da Cobertura do Pavilhão de Alquerubim que o contrato da empreitada foi assinado em novembro, mas a data da consignação é de mais de dois meses depois e, por esta altura, já devia ter terminado, ainda continua em execução, ou seja, uma intervenção que deveria ter sido feita

antes deste inverno, mas que só irá estar pronta depois do inverno. Sr Presidente não se compreende este desleixo. Sr. Presidente, a informação que apresenta relativamente à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, fala de Recolha de monos na via pública sobre marcação. Sr. Presidente, volto a fazer a pergunta: se o Município tem uma empresa contratada para a recolha de monos, então porque é que o Município é que os vai recolher? A empresa só existe para receber dinheiro e o Município é que tem a despesa? Sr. Presidente, ainda relativamente à atividade desta Divisão é muito estranho qualquer referência relativamente ao acompanhamento e fiscalização do Serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, vulgo recolha do Lixo e lavagem e desinfecção de contentores. Sr. Presidente quer isto dizer que, para si a recolha do lixo está bem e recomenda-se e que a empresa é para manter? Sr. Presidente, se é esta a sua posição a minha é literalmente oposta, o serviço de recolha de lixo e lavagem e desinfecção de contentores é uma desgraça e urge resolver este problema que necessariamente passará pelo despedimento da empresa que o Sr. Presidente concessionou este serviço e que tive oportunidade, nesta casa e no passado, alertar para os riscos que corria ao fazer essa concessão. Sr. Presidente, pode esclarecer qual o alargamento de estrada que fez em Alquerubim, precisando qual é e que intervenção foi e a sua extensão e, se por ventura, foi necessário fazer diligências para ser executada? Sr. Presidente, volto a constatar que na informação da atividade municipal, não se encontra qualquer referência à atividade desenvolvida pelo Gabinete de Proteção Civil e Florestal. Sr. Presidente, volto a solicitar que seja facultada a esta Assembleia a informação em falta.” -----

Jesus Vidinha – PS – Referiu que o atraso das obras é um problema que se mantém, questionando quais as diligências tomadas pela Câmara Municipal para corrigir estes atrasos sistemáticos e que ocorrem com as mesmas empresas. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que no quadro de execução de obras, na generalidade há concursos públicos atrasados, devido à falta de mão de obra que se verifica. No entanto, no global Albergaria-a-Velha é dos primeiros municípios a executar as obras previstas no âmbito do quadro comunitário, tendo um custo de obra 25% inferior face ao que aumentou recentemente, tendo sido dada prioridade às obras estratégicas. No que respeita ao Pavilhão de Alquerubim esclareceu que a obra encontra-se executada. Referiu ser extremamente difícil fazer qualquer pedido de indemnizações às empresas. Indicou que a Câmara Municipal de Lisboa atuou de forma a valorizar as empresas que cumprem ou antecipam os prazos de execução. Em todas as obras, em todos os municípios, há atrasos generalizados pela falta de mão de obra, problema que também se verifica nos serviços da recolha do lixo, havendo contingências que o município não pode controlar. No que respeita às datas do contrato, esclareceu que só se poderão consignar a obra com o Plano de Segurança aprovado. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que o art.º 1, n.º4 do CCP estabelece, no âmbito da concorrência, que são “definidos os requisitos de participação que se apliquem igualmente a todos os concorrentes”. O prazo de execução de 60 dias pressupõe que a empresa vai alocar recursos para cumprir com o contratualizado e, se não o fizer, está a violar este

pressuposto. Recordou a questão anteriormente colocada, acerca de quem executou a rua em Alquerubim em leito de cheia e de reserva ecológica. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando que os esclarecimentos sobre a estrada de Alquerubim serão oportunamente enviados. Solicitou ao Membro Municipal Luís Oliveira que indicasse um exemplo de uma autarquia que tivesse multado uma empresa pelo atraso na execução de obras. -----

Luís Fernando Oliveira – PPD/PSD – Indicou que o primeiro responsável pelo cumprimento da legislação é o Presidente da Câmara Municipal. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando estar satisfeito pela aposta que está a ser feita pelo município no âmbito do turismo, na valorização dos caminhos de Fátima e da Rota dos Moinhos. No seu entender, deverá igualmente ser tido em conta o turismo religioso, esperando que seja uma mais-valia que diferencie este dos demais municípios. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para os esclarecimentos que entendesse necessários. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Delfim Bismarck, para esclarecer sobre as questões colocadas no âmbito do turismo. -----

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, referindo que os caminhos de Fátima já eram uma referência em Albergaria-a-Velha. Esclareceu ter sido criada a Associação de Municípios dos Caminhos de Fátima, agregando os municípios de Vila Nova de Gaia a Ourém. Através desta associação foi apresentada uma candidatura, com o apoio das CCDR Norte e Centro, com o objetivo de trazer os peregrinos para caminhos mais seguros, reduzindo a sinistralidade nas estradas nacionais. No que respeita ao troço de Albergaria-a-Velha, foi possível fazê-lo numa parte do território, designadamente na zona do centro de Albergaria, que vai coincidir com o caminho de Santiago. A candidatura do município prevê a colocação de sinalética, melhoria de passeios na zona urbana e arranjo de pavimentos, abrangendo os € 90.000,00 /100.000,00. Em épocas de peregrinação, Albergaria-a-Velha tem sido uma referência do acolhimento de quem passa por cá, havendo unidades hoteleiras, a Casa Diocesana e o Albergue, que estão sobrelotadas devido ao elevado número de peregrinos que por cá passam. Esclareceu ainda que o Centro Nacional de Cultura, sediado em Lisboa, era o detentor da marca *Caminhos de Fátima* e quando a Associação de Municípios dos Caminhos de Fátima foi criada, aquela entidade decidiu marcar um caminho diferente, estando o município concentrado no caminho definido pela associação que integra. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou não haver qualquer registo, na Câmara Municipal, de, nos últimos 28 anos, terem sido aplicadas coimas a empresas por atrasos na execução das obras. Esclareceu o Membro Municipal Jesus Vidinha haver sete empresas que estão atualmente a executar obras no município. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, deu início à apreciação do ponto 3. -----

Ponto 3 – Apreciação e votação do investimento em aquisição de terrenos na Zona Industrial, a financiar por empréstimo de médio/longo prazo; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando preconizar-se investir na Zona Industrial para criar mais postos de trabalho e fixar a população em Albergaria. Para tal, é necessário aumentar a área industrial, de forma a baixar o preço, atraindo desta forma mais empresas para cá investir. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 3. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra, indicando que este projeto é, para si, o maior investimento que vai realizar-se em Albergaria-a-Velha, com consequências positivas. O alargamento da Zona Industrial vai trazer a baixa de preço dos terrenos, porque o preço do mt² dos terrenos para construção industrial no município está a ficar muito caro. Referiu ter sido com muito gosto que tomou conhecimento que a exportação e a criação de riqueza em Portugal representam 46% do PIB, tendo o município de continuar a apostar na versatilidade, tendo Albergaria uma indústria muito transversal, sem representar uma pegada ecológica muito pesada. A indústria será um dos vetores de maior projeção económica para o município nos próximos dez anos, trazendo consigo a construção, os serviços, o turismo económico, alertando para a necessidade de implementação de uma unidade hoteleira. Parabenizou o executivo pelo projeto, esperando que o atual e os próximos executivos retirem os benefícios que daí resultem. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que a bancada do PPD/PSD é favorável ao investimento da expansão da Zona Industrial, por o considerar prioritário e estratégico para o desenvolvimento de Albergaria. No entanto, o desconhecimento do plano estratégico do município face ao avultado investimento que se pretende realizar, impede os Membros Municipais de ter uma opinião sustentada. Elencou um conjunto de questões sobre o assunto: qual o plano e a estratégia para a aquisição de terrenos? Quantos lotes de terreno e áreas por lote irão ficar disponíveis para venda? É necessário construir algum arruamento? Qual a estratégia e o plano de expansão? Qual o valor necessário para fazer as infraestruturas dos lotes do arruamento? Qual o plano de investimento global? Que tipo de empresas se podem instalar nestes terrenos que se propõem adquirir? Existe algum estudo económico que sustente estas aquisições? Mais referiu que a gestão de uma Câmara Municipal implica transparência e clareza, pelo que a resposta a estas questões é fundamental. Informou que, pela coerência à posição assumida pelos vereadores do PSD, em reunião de Câmara Municipal onde foram apreciados os pontos 3 e 4 do presente edital, o sentido de voto da bancada do PSD será a abstenção.-----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, questionando se o presente investimento integra os terrenos abrangidos pela área da expansão da Zona Industrial constante do PDM aprovado nesta Assembleia Municipal. Informou que sendo a resposta afirmativa, o Grupo Municipal do PS acompanhará favoravelmente o executivo neste investimento. Indicou que a apresentação do pedido para aprovação do investimento e para a contração do empréstimo, na mesma sessão, pressupõe que o executivo tomou por adquirido que a Assembleia Municipal votará favoravelmente o presente ponto, o que

considera tratar-se de uma desconsideração perante este órgão, entendendo que os pontos deveriam ser analisados em sessões distintas. Referiu que a especulação imobiliária é pouco controlável, porque quando é do conhecimento que a venda de terrenos visa a expansão da Zona Industrial os preços inevitavelmente aumentarão. Desta forma, apenas será possível haver algum controlo agindo em sigilo e sobre o anonimato do interesse da compra de terrenos. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Recordou que a aquisição de terrenos já estava prevista nas GOP's aprovadas em novembro de 2018, designadamente através do projeto n.º 110012016/54 - Expansão da Zona Industrial e aquisição de terrenos originando, por consequência, a votação da contração do empréstimo para o efeito. No que respeita à estratégia do município que o PSD refere desconhecer, no seu entender deve-se ao facto de não terem lido o programa eleitoral, não ouvirem nem o Presidente da Câmara Municipal, nem a Assembleia Municipal. Recordou que até ao fim do mandato do PPD/PSD, a estratégia do PSD relativa à aprovação do PDM era clara: a não expansão e respetiva estagnação da Zona Industrial, a não aquisição de terrenos, o bloqueio à entrada de empresas pela inexistência de terrenos. Esclareceu ter sido necessário que o executivo do CDS-PP recorresse a uma série de mecanismos para promover a expansão da Zona Industrial através da alteração do PDM. A política do PSD passava pela venda de terrenos, ao passo que o CDS-PP sabe que para instalar empresas é preciso adquiri-los. Para atrair investidores, os preços dos terrenos têm de ser apelativos, no entanto estes encontravam-se inflacionados. Considerando que a bancada do PSD enunciou a ausência de estratégia para o investimento em apreciação, perguntou ao PSD se consegue explicar qual a estratégia que estavam a seguir aquando do exercício de funções no município. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando que a sua posição é diferente do Grupo Municipal que integra. Lamentou a justificação usada pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal para ocultar a estratégia que o Presidente da Câmara Municipal possa ter sobre a expansão da Zona Industrial. O Presidente da Câmara Municipal tem de dar conhecimento aos órgãos executivo e deliberativo da estratégia definida para a Zona Industrial. Na vida pública existe o imperativo da transparência, não podendo pactuar com a justificação aludida de segredo para que seja ocultado o plano estratégico para a expansão da Zona Industrial. Recomendou que este ponto e o próximo sejam retirados para que seja apresentada a totalidade do plano de expansão para a Zona Industrial, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Concordou que a aquisição de terrenos seja financiada através de empréstimo de Médio e Longo Prazo, mas terá de ter pleno conhecimento do que está projetado. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, indicando ao Membro Municipal Paulo Silva que o assunto é apreciado e votado na Assembleia Municipal por imposição legal. Embora esteja contemplado nas GOP's a discussão e apreciação dos dois pontos, em seu entender, deveriam ser apreciados e votados em sessões distintas. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Interveio, questionando se a documentação enviada para o CDS-PP e para o PPD/PSD é diferente, designadamente os desenhos de ampliação. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Disse que a intervenção do Membro Municipal Luís Oliveira tenta lançar um manto de suspeita, de imprecisões e falta de rigor neste processo de expansão da Zona Industrial, o que não é digno de ser feito. Enquanto os empréstimos contraídos pelo executivo do PSD em anos anteriores, para realizar obras com recurso a apoios comunitários e demais recursos, vieram aumentar

a despesa corrente do município, o presente investimento, para a infraestruturização da Zona Industrial terá um retorno. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo parecer-lhe evidente que todos os Membros Municipais são favoráveis à expansão da Zona Industrial, havendo todavia questões que devem ser esclarecidas, nomeadamente, quanto à área da habitação, da ligação da Zona Industrial aos transportes, das respostas sociais ao nível de creches, entre demais valências sociais. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Esclareceu apenas ter colocado em causa desconhecer a estratégia para a expansão da Zona Industrial. Questionou se vão adquirir terrenos com ou sem validade de construção nos próximos anos e que tipo de indústrias vão ali ser instaladas. Referiu que se toda a documentação e informação inerente a este processo for apresentada, votará a favor. Caso contrário, votará contra.-----

Arménio Silva – CDS-PP – Interveio, informando que o Membro Municipal Luís Oliveira tem direito a colocar todas as questões, não sendo correto, porém, as insinuações que são levantadas na Assembleia Municipal. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Tendo conhecimento do que não foi feito na Zona Industrial durante anos, referiu considerar de uma enorme hipocrisia que nesta Assembleia Municipal existam Membros Municipais que concordem com a ampliação e o investimento da Zona Industrial, quando posteriormente anunciam que não votam a favor porque desconhecem o que vai ser feito. Quem já esteve em funções no executivo sabe que há informação que não pode ser divulgada porque vai prejudicar, de forma clara e objetiva, os interesses de Albergaria. Sabe-se que é difícil conjugar o que é a decisão ponderada e democrática e a salvaguarda dos interesses do município. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Delfim Bismarck, para dar os esclarecimentos necessários sobre as questões colocadas. -----

Vereador Delfim Bismarck – Esclareceu ao Membro Municipal Jesus Vidinha quais as razões e a urgência em apresentar, numa mesma sessão da Assembleia Municipal, a apreciação e votação do investimento em aquisição de terrenos na Zona Industrial e a contração de empréstimo para o efeito, que se deve ao facto de muitos municípios vizinhos terem disponíveis áreas de grande dimensão para venda, a investidores, a baixo preço, porque há mais de uma década compraram terrenos, já tinham hectares de terrenos adquiridos a €1,00, €2,00, €3,00/mt². o que não aconteceu em Albergaria-a-Velha, que tem apenas um terreno junto do centro grossista, não tendo adquirido terrenos quando o preço era baixo. A urgência no tratamento desta questão deve-se à concorrência de demais municípios pelos terrenos que têm disponíveis para venda. Recordou a estratégia do anterior Presidente da Câmara Municipal Nunes de Almeida, que após o *25 de Abril* contratou os melhores técnicos da Faculdade de Arquitetura do Porto para criar uma Zona Industrial modelo, com quadriculas regulares, num espaço que era descampado, executado e ampliado depois pelo Dr. Rui Marques, apesar de algumas deficiências do regulamento da época. Em 12 anos, o executivo do PSD, efetuou apenas a recuperação de arruamentos, no montante de € 263,000,00 no ano de 2011 e, em 2009 fizeram “uma espécie” de projeto no valor de € 39,000,00. O executivo do PSD não abriu arruamentos e não ampliou a Zona

Industrial em 12 anos de mandato. O executivo do CDS-PP alterou o PDM, duplicou a área da Zona Industrial, foi dos primeiros municípios do país a apresentar uma candidatura, que está aprovada e que é pública. Atualmente há um gabinete de apoio ao munícipe e uma redução da carga fiscal das empresas, questionando se os factos ora enumerados não representam uma estratégia. Informou que Albergaria-a-Velha é o 4.º município da CIRA mais exportador, mesmo sem dispor de terrenos para atrair mais empresas. Referiu ainda que o município tem sido contactado por empresas que precisam de áreas de elevada dimensão, que o arruamento da Zona Industrial não permite. No entanto, tendo o PDM disponível, rapidamente serão criadas as infraestruturas necessárias para as empresas se instalarem, se assim o pretenderem. Esclareceu que não é divulgada informação sobre a expansão da Zona Industrial por causa da especulação imobiliária. Mesmo assim, em face da aquisição de alguns terrenos, já negociados, de forma sigilosa, já houve a tentativa de interferência por parte de pessoas, com intuito especulativo. Pretende-se, neste momento, ter um espaço disponível para atrair empresas, criar novas estruturas, modernas e de referência, que atraiam o investimento, que aumente o número de postos de trabalho, porque este conjunto no seu todo dinamiza o comércio, o mercado da habitação, entre outros fatores. Questionou qual foi a estratégia do PSD para poder agora afirmar que o CDS não tem estratégia na temática em apreciação. Em matéria de transparência, fez refletir sobre a possibilidade de haver pessoas do Grupo Municipal do PSD que poderão ser os grandes proprietários da Zona Industrial, e que poderá conduzir a outros raciocínios e sobre a possibilidade de ligações de outros grupos económicos relativamente à Zona Industrial, assunto que não foi abordado.-----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Usou da palavra, informando que em certa medida poderá vir a ter uma situação de conflito de interesses nesta matéria porque é uma pessoa que gosta de comprar terrenos. Referiu não ser de todo assertivo enunciar-se a necessidade de haver sigilo nesta matéria porque quando o PDM foi aprovado, é do conhecimento que existe uma intenção clara de expansão futura da Zona Industrial. É a favor do desenvolvimento económico local, de expansão da Zona Industrial, mas sabe também da grande dificuldade que o Presidente da Câmara Municipal tem em trazer empreiteiros para construir em Albergaria. Nenhum Membro Municipal do PSD é contra nem nunca foi colocada em causa a seriedade das pessoas, mas não sabem em que moldes, peso e dimensão a expansão vai ser feita e devem ser informados sobre o processo. Recordou que a revisão do PDM foi iniciada com o executivo do PSD bem como o desbloqueio de situações que existiam na Zona Industrial.-----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, indicando tratar-se de um processo urgente, mas que deveria ser apresentado em dois momentos distintos. Na sua opinião, considerando que o PDM foi aprovado há algum tempo, estes pontos já poderiam ter sido analisados em sessões anteriores.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Delfim Bismarck, para esclarecer as questões colocadas. -----

Vereador Delfim Bismarck – Interveio, clarificando que no intervalo de quatro anos, após a aprovação do PDM, a Câmara Municipal procedeu ao cadastro dos terrenos na zona de expansão da Zona

Industrial, que é um levantamento de elevada complexidade, face a uma panóplia de situações familiares dos proprietários existentes. O projeto teve de ser feito, de acordo com as condicionantes já referidas. Algumas condicionantes tiveram variáveis durante o tempo, o que exigiu proceder a alterações ao projeto. Houve a necessidade de encetar contactos com as pessoas, saber da disponibilidade para vender os terrenos, entre um conjunto de demais situações complexas que demoram o seu tempo a resolver, tendo o executivo agido com a brevidade que foi possível.-----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, referindo não haver falta de transparência no processo em apreciação, tendo sido apreciada e votada a aquisição de terrenos em reunião de Câmara Municipal, já aprovada. A aquisição de terrenos é levada à apreciação da Câmara Municipal. A revisão do PDM foi um dos trabalhos mais importantes elaborado até à data. Perguntou se o executivo do PSD não teve uma estratégia para aumentar a Zona Industrial ou se não houve capacidade e interesse em proceder dessa forma. O executivo do PSD não comprou qualquer m^2 na Zona Industrial. Enquanto estratégia, este executivo pretende comprar terrenos e aumentar a área da Zona Industrial para atrair empresas. Informou que o Executivo Municipal do PSD, em 12 anos de exercício de funções, vendeu terrenos na Zona Industrial no valor de € 1.579.900,80, sem ter efetuado qualquer aquisição de terrenos. Entregou um documento, referente à venda e compra de terrenos, o qual se anexa à presente ata, passando a fazer parte integrante da mesma (Anexo II, fls. 1). Esclareceu, ainda, que concluída a revisão do PDM, foi elaborado o respetivo cadastro e foram estabelecidos contactos com os proprietários. As aquisições de terrenos são levadas a apreciação e votação da Câmara Municipal, tendo sido aprovada a candidatura para expansão da Zona Industrial. Esclareceu que a Zona Industrial só pode crescer até às condicionantes da A32 e houve um atraso de um ano para verificar qual a possibilidade do levantamento da condicionante A32. Face a este atraso, foi decisão deste executivo aumentar a Zona Industrial a poente da A32. Mesmo assim, estão a ser encetados esforços para a sua expansão a Norte. Quanto mais terrenos forem adquiridos pela autarquia, maior será a oferta, e menor a especulação, sendo, conseqüentemente, mais fácil baixar o preço do m^2 , facilitando a atração de indústria não poluente, que valorize a mão-de-obra qualificada, e não somente armazéns. Informou que a política de baixa de impostos seguida pelo município preconizou a atração de investimento, pretendendo-se igualmente diminuir a especulação no município. Este executivo tem uma estratégia para a Zona Industrial e para o município, enquanto que no mandato do PSD, houve um atraso durante 12 anos nesta matéria. Se a oposição quer atrasar também este processo, e se não quer assumir este investimento para a criação de mais indústrias para Albergaria-a-Velha, deverá assumir essa responsabilidade. -----

Luis Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, lamentando que as poucas explicações tenham sido dadas só agora, e ainda que insuficientes, informou que vai mudar o seu sentido de voto, de contra para a abstenção. Recordou que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha foi instalada em terrenos que o PSD adquiriu no período que esteve em funções.-----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, questionando se existe algum estudo económico que apresente informação sobre o retorno financeiro do investimento a realizar na Zona Industrial.-----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando que no exercício financeiro o saldo é de € 0,00. Questionou se, no caso de uma indústria de alta tecnologia pretender instalar-se e comprar um terreno em Albergaria-a-Velha por €1,00/mt², a Assembleia Municipal vai ou não reprová-lo o pedido, recordando que a Assembleia Municipal será sempre soberana na decisão a tomar.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, colocou a votação o ponto 3. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos/as quinze Membros Municipais do CDS-PP e dos/as dois Membros Municipais do PS, e oito abstenções, dos/as Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o investimento em aquisição de terrenos na Zona Industrial, a financiar por empréstimo de médio/longo prazo, de acordo com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, a qual se dá aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais e fica anexa à presente ata, fazendo parte integrante desta deliberação. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 4.-----

Ponto 4 – Apreciação e votação de contratação de empréstimo de médio/longo prazo, para financiamento de aquisição de terrenos, no âmbito do projeto “Ampliação da Zona Industrial – aquisição de terrenos”, com a prévia emissão de autorização para assunção de compromisso plurianual, incluindo o processo, para conhecimento, as atas do júri e minuta contratual; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou estar disponível para prestar os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 4. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos/as quinze Membros Municipais do CDS-PP e dos/as dois Membros Municipais do PS, e oito abstenções, dos/as Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a contratação de empréstimo de médio/longo prazo, até ao montante de € 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil euros) e pelo prazo de 20 anos, para financiamento de aquisição de terrenos, no âmbito do projeto “Ampliação da Zona Industrial – aquisição de terrenos”, com a prévia emissão de autorização para assunção de compromisso plurianual, dos encargos decorrentes do empréstimo, os quais constam da ata do júri de análise de propostas, relativamente à harmonização da proposta apresentada pelo Banco BPI, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 e fevereiro. A Assembleia Municipal tomou ainda conhecimento da ata de análise das propostas e da minuta de contrato de empréstimo a celebrar com o Banco BPI, S.A., para o efeito. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 5.-----

Ponto 5 – Apreciação e votação de recomendação à Câmara Municipal para construção de habitação a custos controlados na Vila das Laranjeiras, freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou que o ponto ora em apreciação foi uma proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, dando a palavra ao Líder Municipal do PPD/PSD José Alho. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, apresentando alguns considerandos prévios para contextualizar a proposta apresentada a qual se dá aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais e fica anexa à presente ata, fazendo parte integrante desta deliberação (Anexo III, Fls. 2). Referiu ser independente, tendo assumido um papel ativo na política, para ajudar a fazer a diferença. Com esta proposta, sente que é um momento de utilizar a política a favor das pessoas, do município e de interesse público, sendo uma proposta que lidera pelas ideias, soluções e pela iniciativa. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 5. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Informou que os dois primeiros considerandos são comuns a todos os municípios localizados na faixa litoral. Esclareceu estar a caminhar-se para a taxa zero de participação de IRS. Referiu não faltarem no município instituições a solicitar apoio à Câmara Municipal, tendo aumentado o apoio financeiro para cobrir as necessidades de pessoas que recorrem aos serviços. Esclareceu que apenas desde 2013 a 2017 a autarquia é proprietária do lote de terreno, conforme esclarecido pelo Presidente da Câmara Municipal. Nos considerandos apresentados pelo Membro Municipal José Alho é dito que a venda do lote ao mercado privado trata-se de especulação imobiliária, questionando se quando o executivo do PSD alienou terrenos da Zona Industrial aos privados, não era especulação imobiliária. Indicou que a proposta tem o seu mérito, mas não é a estratégia do CDS no que respeita à área da habitação em Albergaria. Esclareceu que foram investidos € 378.000,00 em requalificação e manutenção de imóveis, que representa despesa corrente. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, indicando que o Grupo Municipal do PS sempre defendeu a Câmara Municipal na definição de políticas de habitação devido à deficitária oferta habitacional, pelo que considerou de interesse a presente proposta. No entanto, resta a dúvida se é uma proposta de convicção política do PSD de que o município deverá intervir no mercado ou se visa simplesmente impedir uma iniciativa da autarquia em alienar um terreno. Recordou que no mandato de 2009-2013 era o PSD que estava em funções, e sendo proprietário do lote referido, questionou das razões para não ter seguido o espírito da proposta ora apresentada. -----

Luis Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, esclarecendo que a autarquia adquiriu o terreno apenas em novembro anterior à cessação de funções do executivo do PSD. Informou que os prometidos terrenos do Centro de Saúde estavam em litígio, no Tribunal de Anadia, e em finais de novembro de 2012, foi apresentada uma proposta em reunião de Câmara Municipal para ser adquirido por € 160.000,00, processado já em 2013, com Orçamento e GOP's aprovados. Nestes termos, seria praticamente impossível ser integrado no Orçamento e Plano de Atividades para se executar a obra em 2013, pelo que esta questão não se coloca. Mais tarde terão surgido os outros três lotes para

habitação, que deverá ter sido a Câmara Municipal do CDS quem procedeu à sua compra. Esclareceu que este terreno ficou disponível ou em finais de 2012, ou no início de 2013. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Indicou que o texto está mal redigido quando enuncia “considerando que este contexto negativo se tem traduzido na redução da população, através do envelhecimento populacional e ainda na conseqüente redução de jovens”. Confirmou que foi este executivo que adquiriu o terreno, no mandato de 2013-2017, referindo que amortizou € 3.063,196,00 de dívida do PSD. No alto de Assilhó, questionou porque não foram vendidos os terrenos para o efeito, no período de 12 anos em que o PSD esteve em funções. Esclareceu que quando o executivo proceder com o tipo de política proposta, será para o fazer em todas as freguesias. Recordou que o modelo de custos controlados correu mal na freguesia de Alquerubim e por isso já não se avançou com a segunda fase. Dos municípios apresentados na proposta, referiu que no caso de Nelas se trata de uma requalificação e não nova construção. Referiu ainda que a política deste executivo é de inclusão. Informou terem sido investidos € 67.894,12 em manutenção nos trinta apartamentos da autarquia, sem incluir custos com os Recursos Humanos. Na requalificação e beneficiação, foram investidos € 278.873,00. Em cinco anos foram investidos € 346.767,34, a dividir por setenta famílias. Disse entender que a política de arrendamento que o Governo tem seguido é a mais correta, tal como seguiu este executivo, referindo que o mesmo apoiou mais famílias com menos despesa, tendo sido abrangidas 267 pessoas através do apoio ao arrendamento. Concluiu informando que tem vindo a assistir-se a um aumento de população a procurar o município de Albergaria para residir. -----

Luis Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, recordando que também o PSD herdou dívida. No que respeita aos terrenos do alto de Assilhó, esclareceu que estavam condicionados face à tentativa de resolução do litígio referente aos terrenos da piscina municipal de Albergaria-a-Velha, aguardando que o CDS utilize os terrenos do alto de Assilhó para construção de habitação a custos controlados.-----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Referiu que quem gere faz opções. O custo que a autarquia teve com a manutenção dos seus imóveis é o custo que os habitantes têm com os seus, numa média de € 1.000,00 por fogo e por ano. Sobre a política de arrendamento, disse ser uma iniciativa que tem todo o mérito. Destacou que só com o investimento em habitação no município se poderá alavancar ainda mais a política de arrendamento, acrescentando que a compra de habitação leva a uma fixação mais duradoura, ao contrário do arrendamento. Indicou serem conhecidas as razões do não investimento em habitação em Albergaria, porque quem constrói quer vender bem. ---

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, fazendo referência ao programa Primeiro Direito, promovido pelo atual Governo para promover políticas de habitação, no qual os municípios poderão candidatar-se ao arrendamento, aquisição, requalificação e construção. Não tendo a Câmara Municipal políticas públicas de habitação em Albergaria, acaba por ser o mercado a determinar os preços de renda. É uma forma de regular o mercado, intervindo nele. Muitas vezes, só através das políticas públicas de habitação é que as pessoas têm acesso a uma habitação condigna, designadamente os jovens em início de um percurso de vida e de uma carreira profissional.-----

Luis Silva – CDS-PP – Indicou ficar com a dúvida se esta proposta surge em consequência da intenção da autarquia pretender vender o terreno, referindo também que os municípios indicados estão desenquadrados da realidade deste município. Tem a percepção de que atribuir uma casa a uma família, cria uma certa dependência da família a essa casa e, considerando que com o decorrer do tempo as condições económicas se alteram, questionou como deverá a autarquia proceder. No seu entender, a política de apoio ao arrendamento é mais coerente na medida em que é feita uma análise das condições económicas das famílias e das suas necessidades efetivas. Entende que as Câmaras Municipais não têm de intervir de uma forma direta e objetiva no mercado de habitação.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Considerando que eram 00:30 horas, colocou à votação a continuidade da sessão, nos termos do n.º 2 do art.º 16, do Regimento. -----
Colocada a votação a continuidade da sessão verificou-se haver unanimidade dos/as Membros Municipais presentes a favor desta continuidade. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, felicitando o Grupo Municipal pela iniciativa ora apresentada. Indicou não se estar a falar de habitação social, como o Bairro Napoleão, por exemplo, mas sim de um mecanismo em que a autarquia pode impor determinadas medidas para a construção de um prédio por um particular / empreiteiro, para que o preço a cobrar seja mais baixo, ou seja, a custos controlados, face aquele que seria praticado se fosse entregue à especulação imobiliária. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Referiu que uma coisa é enunciar uma série de medidas públicas de apoio à habitação social, sustentadas por centenas de milhares de euros que custaram ao erário público, e não concordar com estas. Não tirando o mérito à proposta apresentada pelo PSD, que representa uma posição pro-ativa, de entre as várias medidas de apoio habitacional este executivo optou pela venda de terrenos, não obstante continuar a apoiar outras medidas de apoio habitacional. -----

Arménio Silva – CDS-PP – Usou da palavra, informando que votará contra a proposta apresentada porque entende que a política habitacional deverá ser comum a todo o município. A construção é uma necessidade em Albergaria, mas ainda assim, e por vários motivos, os construtores não vêem uma oportunidade de negócio. A ideia da Câmara Municipal como elemento regulador parece-lhe boa, mas terá de ser através de outra ação, embora seja uma proposta meritória.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Apresentou uma declaração de voto, indicando que a proposta é meritória, a ideia é boa, mas que terá de ser analisada num contexto global. Na sua opinião surgem dúvidas sobre a vocação da Câmara Municipal para o exercício desta atividade. Este lote de terreno não iria resolver de forma permanente a continua carência de habitação social, pelo que a solução passaria por outra estratégia e política mais abrangente. Referiu que o dispêndio de valores e o momento de venda associados não será uma decisão que abranja as gerações futuras. Referiu que o executivo tem uma estratégia diferente, nomeadamente enveredando pelo apoio ao arrendamento e demais apoios sociais às pessoas carenciadas. Continuará a apoiar a Câmara Municipal na sua estratégia, pelo que votará contra a proposta. Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes.-----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Delfim Bismarck, para esclarecer sobre as questões colocadas. -----

Vereador Delfim Bismarck – Usou da palavra, felicitando a iniciativa. A ideia é simpática, mas quem faz as propostas sem estar na posse de toda a informação, terá uma perspetiva diferente. Albergaria foi o primeiro a instaurar as ARU` s, existindo centenas de casas degradadas no município, pelo que este executivo tomou a iniciativa de criar políticas de incentivo à sua requalificação. Questionou se sabem quantos projetos de obras já deram entrada na autarquia para construção de prédios. Os empreiteiros estão com muito trabalho, não têm capacidade de resposta, investindo onde é mais rentável. Concluiu referindo entender que a proposta não é adequada e oportuna para o município, devido à conjuntura que se vive. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que dever-se-á trabalhar para um município de inclusão, e a medida de apoio ao arrendamento é uma forma de dar oportunidade a todos os cidadãos carenciados, em todas as freguesias. Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra à Sr.^a Vereadora Catarina Mendes.-----

Vereadora Catarina Mendes – Usou da palavra, referindo não ser verdade que não existe uma estratégia e trabalho realizado neste âmbito, acrescentando que há trabalho já feito e muito mais a fazer. Há uma estratégia, alinhamento e opções tomadas pelo executivo sobre a habitação, no geral e sobre a habitação social, estando a ser promovida a requalificação de habitações degradadas, a dignificação das habitações sociais já existentes, entre demais medidas. Concluiu referindo que há duas medidas que o Governo está a implementar e que o executivo está em condições de as trabalhar e outras propostas que ainda estão em fase de análise, encontrando-se a autarquia a trabalhar no mapeamento das habitações das famílias. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, recordando que no passado as autarquias locais apoiavam a construção e a oferta de habitação social a custos controlados, destacando a importância das autarquias locais ao nível da intervenção no mercado habitacional, permitindo e facilitando a integração das famílias. No seu entender, em face da especulação do mercado imobiliário, espera não assistir, em Albergaria-a-Velha a cenário análogo ao que se verifica em Lisboa, para que os residentes não tenham de mudar-se para a periferia, face ao aumento dos preços do arrendamento habitacional. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, indicando não ser correto mencionar-se que o município não pode intervir no mercado, porque fá-lo regularmente através das ARU` s, a título exemplificativo, beneficiando apenas o centro da freguesia de Angeja e o centro de Albergaria-a-Velha. Referiu que o executivo deverá definir os termos em que procederá à venda de um terreno, no caso de enveredar por esta decisão. -----

Presidente da Câmara Municipal – Solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Delfim Bismarck, para esclarecer sobre as questões colocadas. -----

Vereador Delfim Bismarck – Interveio, informando que no Centro Histórico da cidade de Albergaria-a-Velha vivem menos de cinquenta pessoas num raio de 500 metros, razão pela qual o executivo teve como preocupação enveredar pelas áreas de regeneração urbana. O executivo municipal apostou primeiramente nos centros históricos de Albergaria-a-Velha e de Angeja por serem áreas melhor definidas, contrariamente a demais freguesias, que contemplam um conjunto de lugares onde se verifica uma maior dispersidade territorial. Recordou que a construção do Bairro das Lameirinhas foi uma iniciativa do Instituto Nacional da Habitação, tendo mais tarde delegado a competência pela gestão de edifícios municipais de âmbito habitacional às Câmaras Municipais. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições para intervir, colocou a votação o ponto 5. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com quinze votos contra a proposta, dos/as Membros Municipais do CDS-PP e dez votos a favor da mesma, dos/as Membros Municipais do PPD/PSD e dos/as Membros Municipais do PS, não aprovar a recomendação à Câmara Municipal para construção de habitação a custos controlados na Vila das Laranjeiras, freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, apresentada ao abrigo da alínea j), do art.º 9º, do Regimento da Assembleia Municipal. Os documentos dão-se aqui como inteiramente reproduzidos, para todos os efeitos legais, e de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto, vão ficar arquivados na pasta anexa a este livro de atas. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Apresentou uma declaração de voto do Grupo Municipal do CDS-PP que foi lida e a qual se anexa à presente ata, passando a fazer parte integrante da mesma (Anexo IV, fls. 5). ---

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 6. -----

Ponto 6 – Apreciação da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, emitidas pela Assembleia Municipal, nas Sessões Ordinárias de 18.12.2017 e de 28.11.2018; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou estar disponível para prestar os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições para intervir, deu início à apreciação do ponto 7. -----

Ponto 7 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata excecutoriedade, dos pontos 3 a 5 da Ordem do Dia, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Votação: Estando presentes os vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos da sua imediata excecutoriedade, os pontos 3 a 10 do Edital n.º 13 e 14/17-21, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

F – 2º Período da Intervenção aberta ao Público. -----

Não houve intervenções do público a registar. -----

Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram 00:45 horas. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número um, do artigo trigésimo primeiro, do Regimento e vai ser assinada por mim, Mário Rui de

Almeida Branco, Presidente da Assembleia Municipal, e por mim, Maria Leonor Cozinha Rodrigues
Fonseca, Técnica Superior, que a redigi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

A Técnica Superior _____